

## **MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: ENTRE RASTROS, RESTOS E VESTÍGIOS**

Fernanda Santos Curcio  
*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.*  
*fernandasantoscurcio@gmail.com*

Lobélia da Silva Faceira  
*Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*  
*lobelia.faceira@unirio.br*

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva refletir sobre a memória social enquanto um campo transdisciplinar que se coloca como um *lócus* de análise social substancial, que oportuniza a análise de quaisquer instituições, relações e constituições subjetivas dentro de um plano inexoravelmente violento, onde o esquecimento, os restos e os rastros – não estando apartados deste movimento – darão tom a tais realidades. Para tanto, a pesquisa adotada neste trabalho, elaborado nos moldes ensaísticos, é de natureza básica, com caráter exploratório, tendo como procedimento aplicado a pesquisa bibliográfica, a partir das contribuições de autores como Gondar (2000; 2005), Nora (1993) e Assman (2011).

**Palavras-chave:** Memória Social. Violência. Esquecimento.

### **ABSTRACT**

The present work aims to reflect on social memory as a transdisciplinary field that stands as a locus of substantial social analysis, which allows the analysis of any subjective institutions, relationships and constitutions within an inexorably violent plane, where forgetting, the remains and the tracks - not being apart from this movement - will set the tone for such realities. Therefore, the research adopted in this work, elaborated in the essayistic molds, is of basic nature, with exploratory character, having as procedure applied the bibliographical research, from the contributions of authors such as Gondar (2000; 2005), Nora (1993) and Assman (2011).

**Keywords:** Social Memory. Violence. Forgetting.

## **Introdução**

É comum darmos mais importância àquilo que guardamos e preservamos, do que aquilo que nos desfazemos ao longo de nossas vidas. Toleramos com facilidade o descarte, os restos e o esquecimento, valorizando cada vez mais nossas coleções e objetos de valor. Este estudo parte por uma perspectiva oposta, tratando esses restos como verdadeiros enigmas, que funcionam como peças que montam um complexo quebra-cabeça.

O que nos dizem os restos que produzimos? O que fazemos com eles? O que eles tocam em nós? O que eles nos deixam escapar? Não é possível tentarmos responder a tais problemáticas sem utilizarmos como ótica de análise a *memória social*. Esta se constitui de alguma coisa que corre por fora. Ela vai atrás do não dito, do vestígio, do inominável, do irrepresentável... A Memória Social caça os restos e dejetos.

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo lançar luz sobre a memória social, levantando reflexões deste campo transdisciplinar, que se coloca como um *lócus* de análise privilegiado e propositivo, que possibilita a análise de instituições, relações e constituições subjetivas dentro de um quadro violento, onde o esquecimento, os restos e os rastros estarão imbricados neste movimento.

## **Memória Social: breves apontamentos**

Maurice Halbwachs (1877 – 1968), sociólogo francês, lança as bases para a constituição de uma abordagem sociológica sobre a rememoração, ultrapassando teses psicologizantes da memória, tratando-a como um fenômeno completamente coletivo, em que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva.

Contudo, a memória, diferentemente do que entendia Halbwachs, não é um espaço que constitui relações societárias solidárias, orgânicas, imutáveis e fixas. Ela é um campo marcado por intensas disputas de sentido e formas de dominação. A memória emerge da prática social absorvendo novas composições nos processos sociais, discursivos e políticos (POLLAK, 1989).

Gondar (2005) ao tentar responder o que é Memória Social e sem se dispor a esgotar a referida discussão, esclarece que tal categoria foge dos moldes clássicos de conceituação, na

medida em que compõem uma multiplicidade de definições. Isto significa que, longe de apresentar uma determinada permanência e identidade, a memória social – enquanto um campo em permanente movimento – assume diferentes abordagens éticas, teóricas e políticas. A autora, na busca de acompanhar a sua mobilidade, apresenta algumas proposições que irão auxiliar na compreensão deste campo.

A primeira é a afirmação de que a memória social é um conceito transdisciplinar. Ela surge no atravessamento entre diversas disciplinas. Este sistema não promove o diálogo dos campos do saber, em busca de um consenso, ou numa “razão que domine o caos” (GONDAR, 2005, p. 14), mas ao contrário, atua numa ininterrupta invenção.

A segunda proposição mostra que a memória é uma categoria ética e política, uma vez que como qualquer conceito, ela manifesta em algo realizável e imaginável. Qualquer perspectiva escolhida trará implicações éticas e políticas, nesse sentido, “o conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2005, p. 17).

A autora, além disso, esclarece que a memória é uma criação processual, que não restaura um passado, mas sim, o reconstrói diante do ângulo do presente. Ela é algo que surge a partir das relações sociais, sendo o tempo o seu componente inseparável. Não sendo ele visto como algo neutro que remeta a deterioração ou a evolução, e sim, como uma eterna transformação do real. O tempo, para a autora, é *devenir*, que não se caminha necessariamente a algum ponto ou desfecho, ele é um puro processo de tornar-se mais do que a coisa tornada.

Por fim, a última proposição aponta que a memória não se reduz a representação. Aquela é um fenômeno vivo, complexo e pulsante, em que as representações são apenas os referentes cristalizados daquilo que se encontra numa incessante mobilidade. A memória é muito mais do que um aglomerado de representações, ela exprime um conjunto de fatores irrepresentáveis, como as formas de querer, sentir, mas também práticas de si e ações inovadoras.

Seguindo este caminho, podemos entender que ao contrário da História, a Memória examina aquele passado não endereçado à posteridade. Como nos esclarece Nora (1993), estes campos não são sinônimos, mas ao contrário, opõem-se:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A

história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (NORA, 1993, p. 9).

A partir desta primeira assertiva é importante destacarmos que não é possível concebermos a memória sem introduzi-la num confronto de forças e sem entendermos que antes de qualquer coisa a memória é um mecanismo de poder. Além disso, como bem aponta Gondar (2000), devemos compreender que no processo de construção de uma memória estão imbricadas operações de segregação, uma vez que, para manter e realizar uma memória é necessário acondicionar a exclusão, perante a forma de recalçamento, dissimulação, interdição, repressão ou censura de tudo aquilo que se opõe àquilo que se tenta preservar. Partindo desse entendimento, importa compreendermos que

A própria sociedade deseja ocultar tudo aquilo que pode revelar seus paradoxos, suas falhas, enfim, tudo aquilo que poderia comprometer a imagem – a ficção – que ela pretende fornecer sobre si mesma. Assim, ela não apenas se “esquece” destes elementos capazes de revelar sua alteridade consigo própria, como também esquece deste esquecimento, e dos meios que utilizou ou utiliza para efetivá-lo (GONDAR, 2000, p. 38).

A memória é viva, é presente, enquanto a história é uma representação do passado. Aquela é humana e fascinante, não se limitando às minúcias que a dispõem: “ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9). A história, por sua vez, requer análise e discurso crítico, tornando a lembrança em coisa prosaica. A memória é duvidosa e questionável para história.

Ainda de acordo com Nora (1993, p. 9) a memória tem como característica a multiplicidade e desaceleramento, a coletividade, a pluralidade e a individualização; “a memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”.

O que ocorre é que trabalhando e utilizando a memória como perspectiva de análise, não é razoável e admissível formatar enquanto constructo os binômios real/falso; mentira/verdade; invenção/realidade; completo/incompleto; pleno/parcial; relevante/trivial; etc. Sobre o assunto nos deteremos a seguir.

## Restos e dejetos: objetos da memória

A obra *Que faire des restes? Le réemploi dans les sociétés d'accumulation*, autoria de Benelli *et al.* (2017), nos dá pistas relevantes para examinarmos o mundo dos restos e dejetos, e sua relação com a memória social. Não pretendemos aqui realizar um estudo exploratório extenso ou um epítome da referida obra, mas sim, tecer possíveis relações e inferências que marcam o campo da memória social.

Ao buscarmos a etimologia das palavras resto e dejetos, percebemos que seus significados nos conduzem para o desbravamento de algumas questões. A origem da palavra resto vem do latim *restus*, particípio passado de *restare*, que significa ficar para traz, ser deixado, permanecer, ou designa o que sobra de um conjunto do qual foram tiradas uma ou muitas partes. O dejetos deriva do latim *dejectus*, que tem sentido de “lançado fora”, particípio passado de *dejacere*, “jogar fora, livrar-se de”, mas também “destruir, vencer, matar”.

Benelli *et al.* (2017) levanta discussões e problematizações a cerca dos restos e dejetos produzidos numa sociedade que caminha para a produção e descarte em massa. Os autores se questionam sobre o que fazer com os restos que incansavelmente fabricamos. Diante de tal fato nos deparamos com uma interessante contradição: os restos descartados, longe de serem elimináveis, são indestrutíveis. O conceito de dejetos remete a experiência da decomposição, a uma alteridade insustentável que configura um perigo para o equilíbrio e para a unidade social.

A problemática ecológica torna-se, assim, uma preocupação. Nesta perspectiva, políticas públicas são desenvolvidas de forma a promover a circulação dos objetos abandonados, em que estes são identificados, desalojados e reintegrados em um novo ciclo de troca.

Os autores ao caracterizarem o resto e o dejetos, esclarecem que

L'objet-reste que l'on déplace au point de l'abandonner implique le mouvement. [...] Le déchet dérange dans sa persistance à être encore, à demeurer. Il faut s'en séparer, le conduire au-delà des frontières de chez soi. Son ontologie est spatiale et circulatoire, comme l'a montré Mary Douglas. Il n'est pas à sa place, parfois n'a pas de place (BENELLI *et al.*, 2017, p. 10-11).

O resto, nesse sentido, implica aquilo que ainda se encontra em movimento, até então forçando sua mobilidade. Os objetos-restos podem ser reempregados ou reutilizados. No primeiro caso, o objeto tem o uso idêntico ao que foi concebido. Por outro lado, quando ele não é operado na forma pelo qual foi criado, dizemos que o objeto foi reutilizado. O dejetos, por sua vez, constitui a

experiência da decomposição, a uma alteridade insuportável que abala o equilíbrio das unidades sociais. Em outras palavras,

O objeto que nós deslocamos a ponto de abandoná-lo é qualificado de dejetivo. [...] O resto como dejetivo incomoda com sua persistência a ser ainda, a permanecer. O dejetivo é aquilo do qual é preciso se separar, conduzir além das fronteiras do si mesmo. [...] O dejetivo é aquilo que não está no seu devido lugar (DEBARY, 2016 [p. 3]).

Tais objetos, longe de não possuírem significado e valor, carregam cargas de sentido e enigmas que podem desobscurecer e complexificar a análise da realidade social. A memória social na busca daquilo que foi descartado, rejeitado, desprezado ou esquecido, propõe-se a fazer um caminho de investigação inverso daquele que parte da desordem para ordem. Dentro desta perspectiva as noções de ordem são naturalizadas, enquanto que a desordem é tida como algo irregular e anormal.

Como já elucidamos anteriormente, dentro do campo da memória social não é possível estabelecermos binômios contraditórios, onde um opõe-se ao outro. Na verdade eles se constroem mutuamente diante das relações de poder. Neste jogo, elementos são censurados, excluídos e ocultados. Tal naturalização que marca o *esquecimento do esquecimento* leva àquilo que Gondar (2000) aponta a memória como herança acabada que esconde o devir fundador do fazer social, em que “o tempo deixa aqui de ser encarado em sua permanente alteridade e passa a ser visto como caminho na direção do homogêneo, do idêntico, da mesmidade” (p. 38).

A naturalização do esquecimento fomenta a naturalização do documento, do patrimônio, do objeto – elementos materiais a serem conservados. Seguindo tal lógica, faz-se necessária a criação de instituições que possam conservar os patrimônios, preservando documentos, objetos e lembranças. Diante disso, supõe-se que ao evocá-los, como afirma Gondar (2000), se ressuscitaria de forma viva, imparcial, insuspeita, a autenticidade de um fato, de uma memória.

A memória social nos faz desnaturalizar o esquecimento e a lembrança. Ela nos provoca a examinar a memória “oficial” como um espaço que se fundamenta e se constitui dentro de um rito de purificação, realçando aquilo que é de interesse dominante – logo, possui valor –, e enterrando e escondendo tudo o que cause desconforto – portanto, sem utilidade.

Quando se fala em ordem, está se tratando de organização – dispor as coisas em seus devidos lugares – e purificação. Deve-se ter em mente, claro, que a obcecada busca pela limpeza é esculpida pela disciplina.

Na modernidade há uma busca desenfreada pelo controle e contenção por qualquer tipo de perigo. A organização e a purificação são instrumentos que agem no controle social. A ideia sobre limpeza, nesse sentido, atua no sentido de banir e excluir tudo aquilo que entendido como grotesco, sujo, hediondo e indecoroso, ou seja, dejeta todos aqueles modelos que rompem com as normas sociais, eliminando diferenças contagiosas e, portanto, perigosas.

Neste movimento a disciplina se mostra como um efetivo instrumento para garantir a ordem. Suas ações não buscam apenas limpar a sujeira e tratar a doença, mas também procuram meios de disciplinarizar modelos desviantes de comportamentos.

Douglas (1976) pode auxiliar no entendimento deste fenômeno. Ela afere que todas as coisas que não estão nos “seus” lugares causam desconforto, constituindo-se em ameaça, colocando em perigo ao que é socialmente aceito. O Estado, assim, estabelece políticas que atuem na purificação da sociedade, “escudando” e organizando as relações entre os sujeitos, incluindo alguns e excluindo outros. Logo, “a sujeira (cuja definição varia de cultura para cultura) representa uma ‘desordem’ na ordenação, na classificação de uma sociedade” e, assim, “trata-se de se separar dela” (DEBARY, 2016, [p.3]).

Destarte, aquilo que se afasta da lógica da ordem e da pureza precisa ser, em uma dinâmica de higienização do meio social, expurgada, livrando-se de tudo aquilo que se tem a intenção ou obrigação de se desfazer, sendo, portanto, considerado como dejetos (DEBARY, 2016; BENELLI *et al.*, 2017). Tal movimento não pode ser tratado se não observarmos seu empreendimento violento, uma vez que assume potências que incitam, cerceiam, limitam, produzem memórias e fabricam os esquecimentos. Estes deslocamentos perfazem a vida social, produzindo efeitos de difícil mensuração.

O que se percebe é uma lógica binária e dual emblemática da perspectiva moderna, reafirmando paradigmas: sujo ou limpo, certo ou errado, bom ou mal, normal ou anormal, entre outros. Este entendimento leva ao caminho da exceção, uma vez que a pureza é opositora à transformação, à ambivalência, à dissemelhança e à diferença. É devido a isso que devemos compreender os restos e os dejetos como objetos da memória social.

## A memória entre os restos, rastros e vestígios

A luta contra o esquecimento fez com que o homem criasse formas de registrar e manter recordações. Assmann (2011) ao tratar das metáforas de recordação, traz para a discussão a escrita, fundadora da concepção de memória e de lembrança. Sendo assim, a escrita não é apenas um “médium” de eternização, mas, sobretudo um suporte de memória. A escrita durante muito tempo foi vista como um rastro privilegiado que os indivíduos deixam de si mesmos. É por meio dela que a sociedade constrói movimentos narrativos que contam sua cultura, tradições e memórias.

Por outro lado, como sinaliza a autora, há também o entendimento que a escrita como uma antagonista e destruidora da memória, uma vez que ao ter a responsabilidade de guardar e externalizar a memória, acaba exonerando o exercício de recordação do homem.

A palavra *sèma*, como bem esclarece Vernant (1989), apresenta como significado inicial de “túmulo” e, só posteriormente, a de “signo”. De fato o túmulo é o signo dos que já morreram. Contudo, o entendimento da escrita enquanto rastro duradouro e confiável começa a se transformar no século XVIII. Gagnebin (2006) reitera, a partir das contribuições do historiador Thomas Carlyle, que no século XIX se problematizava a ideia dos documentos enquanto fontes integrais e confiáveis do passado. Nesse contexto a escrita surge como algo arbitrário, fragmentado e aleatório, mostrando a vulnerabilidade e a caducidade das invenções humanas.

Assmann (2011) já nos advertia que rastro e escrita não podem ser tratados enquanto sinônimos. Esta é um rastro, mas apenas no sentido de um signo. O rastro, por sua vez,

[...] é fruto do acaso, da negligencia, às vezes da violência, ele foi deixado por um animal que corre ou por um ladrão que fugiu, ele denuncia uma presença ausente sem, no entanto, prejudicar de sua legibilidade: já que quem deixou rastros não o fez com uma intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não intencionalidade (GAGNEBIN, 2006, p. 129).

É importante notarmos que decifrar os rastros requer desvendar também o processo, frequentemente violento, de sua constituição involuntária. Gagnebin (2006) afirma, assim, que os rastros – diferentemente dos outros signos culturais e linguísticos – não são criados, mas deixados ou esquecidos:

O detetive examina como signo revelador tudo o que ficou marcado nos lugares do crime, a obra voluntária ou involuntária do criminoso; o caçador anda atrás do rastro da caça; o rastro reflete a atividade e os passos do animal que ele quer abater; o historiador descobre, a partir dos vestígios que a existência das civilizações



antigas deixou, como horizontes de nosso mundo. Tudo se dispõe em uma ordem, em um mundo, onde cada coisa revela outra ou se revela em função dela. Mas, mesmo tomado como signo, o rastro tem ainda isto de excepcional em relação a outros signos: ele significa fora de toda intenção de fazer signo e fora de todo projeto do qual ele seria a visada. [...] O rastro autêntico [...] decompõe a ordem do mundo; vem como "em sobre-impressão". Sua significância original desenha-se na marca impressa que deixa, por exemplo, aquele que quis apagar seus rastros, no cuidado de realizar um crime perfeito. Aquele que deixou rastros ao querer apagá-los, nada quis dizer nem fazer pelos rastros que deixou. Ele decompôs a ordem de forma irreparável. Pois ele passou absolutamente. Ser, na modalidade de deixar um rastro, é passar, partir, absolver-se (LEVINAS, 1993, p. 75-76).

Gagnebin (2006) nos fornece um exemplo ainda mais eloquente. O ladrão ao buscar eliminar seus rastros, acaba produzindo outros que não quis. Assim, opostamente aos signos culturais e linguísticos que têm a intenção de transmitir alguma mensagem, os rastros podem se voltar contra àqueles que os deixaram.

É diante deste processo que podemos aferir que o rastro – confiado à clandestinidade – aproxima-se dos restos e dejetos. Como tudo aquilo que foi descartado, abandonado, ignorado ou esquecido, os rastros e os restos de uma sociedade têm muito a dizer, podendo servir como vestígios a serem decodificados.

Podemos definir o vestígio como aquilo que

“[...] deixa para trás tanto a referência linguística quanto o caráter sógnico da codificação. Contudo ele continua semioticamente legível como um signo indexical, a que não subjaz código algum. Em lugar do signo que representa, entra em cena a imediação de uma estampa ou impressão” (ASSMAN, 2011, p. 226).

Os rastros e restos enquanto vestígios podem possibilitar um acesso diverso ao passado, uma vez que incluem articulações não verbais de resquícios que se mantêm ao longo do tempo. A memória oficial, diante de seus documentos, monumentos e discursos dominantes, está marcada por tendenciosidades. Diferentemente, os excessos, os destroços, o lixo são pistas com informações indiretas, funcionando como uma memória involuntária que detém maior veracidade e autenticidade.

Aqui, a “reconstrução” do passado – sempre na perspectiva do presente – caminha pela via de exame do que passou, mas que não foi remetido à posteridade, logo, não endereçados ao *devoir*. A memória social nos atenta a olhar para aquilo que usualmente a tradição se cala: restos de uma vida não programada. A verdade das recordações pode fundar-se justamente nas sobras, deformações e

exageros. Eles não são comparáveis e incontestáveis, como a verdade histórica, mas é naquele contexto que se registra os estímulos e sentimentos, o indizível, o oculto, a riqueza e a complexidade da memória.

### **Notas (in)conclusivas**

Sem a pretensão de esgotar as discussões empreendidas ao longo deste trabalho e as infinitas interlocuções que podem conformar o referido assunto, as leituras e discussões aqui realizadas permitem concluir que dentro do campo da memória social não é possível estabelecermos binômios contraditórios, onde um opõe-se ao outro. Na verdade eles se constroem mutuamente diante das relações de poder.

Neste jogo, elementos são censurados, excluídos e ocultados. Estes movimentos, imbricados no meio social, atravessarão as instituições, as relações e as subjetividades que o compõem. Contudo, compreendemos que a memória, no seu eterno processo de construção e transformação, tem no durante seus conflitos, disputas e embates.

Depreendemos, portanto, que a memória, caminhando em direção ao não dito, ao vestígio, ao inominável, ao irrepresentável, desloca-se atrás do múltiplo, do inominável, dos excessos, dos restos. Assim, ela se diferencia dos demais campos. A partir dela conseguiremos construir um conhecimento valioso e multifacetado que, longe de abalizar afirmativas e atingir um desenlace, nos leva por uma vereda de significações que certamente se voltará a novos questionamentos e direções.

### **Referências**

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BENELLI, Natalie *et al.* **Que faire des restes?** Le réemploi, dans lês sociétés d'accumulation. Paris, France: Presses des sciences, 2017.

DEBARY, Octave. Déchets et mémoires: que faire des restes de l'histoire? De la poubelle au musée. **Revista Morpheus**: estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n.

16, p. 1-12, ago./dez. 2016. Disponível em:  
<<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/6159/pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

GAGNEBIN, Jeanne. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GONDAR, Josaida. Lembrar e esquecer: desejo de memória. *In*: COSTA, Iceia.; GONDAR, Josaida (org.) **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GONDAR, Josaida. Quatro Proposições sobre Memória Social. *In*: GONDAR, Josaida. DODEBEI, Vera. (orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.

LEVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Trad. de Pergentino Pivato. Petrópolis: Vozes, 1993.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *In*: **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 10 mar. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

VERNANT, Jean-Pierre. **L'individu, la mort, l'amour**. Paris: Gallimard, 1989.